

PROJETO TERRITÓRIO PANARÁ

I- HISTÓRICO

Na esteira do Programa de Integração Nacional, iniciado nos anos 70 pelo governo Médici, os Panará viram então, seu território tradicional ser cortado pela rodovia BR-165-Cuiabá/Santarém, que visava ligar a Amazônia ao Centro-Sul do país. No início do governo Geisel (1974), surgiu o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que propugnava a criação de pólos de desenvolvimento na região. Este programa, também conhecido como Polamazônia (Pólos agropecuários e agrominerais na Amazônia), provocou um processo de ocupação baseado na exploração madeireira, mineral e agropecuária, que levou a predação de vastas áreas na Amazônia, incluindo o território tradicional Panará.

Em 1975, fazendeiros, colonos e garimpeiros, invadiram a região, inaugurando um contato forçado e prolongado com a população Panará, sem as devidas ações preventivas por parte do órgão indigenista oficial. Após longas marchas e contramarchas, enquanto a população Panará ia sendo dizimada por epidemias, fome e assassinatos, a Funai decidiu remover os Panará, debilitados física e socialmente, para o Parque Indígena do Xingu. De uma população estimada em 800 pessoas quando da abertura da Br '165, apenas 80 sobreviventes foram removidos do Peizoto de Azevedo em aviões da Força Aérea Brasileira, FAB.

Enquanto, o Peizoto de Azevedo viu crescer uma cidade de 90 mil habitantes, baseada na corrida do ouro e na pecuária extensiva, os Panará passaram a viver num ambiente físico e social radicalmente diferente, continuamente em confronto com mortes e pressões para serem assimilados a outros grupos indígenas, o que causou um contínua depopulação.

Em 1977 haviam apenas 69 sobreviventes Panará. Hoje eles são 125, a maioria vivendo em sua própria aldeia no rio Arraias. Eles aprenderam novas maneiras de viver adaptando-se à convivência com os outros povos indígenas do Parque, e conhecendo melhor a sociedade nacional envolvente. Descobriram e entenderam recentemente a noção do dinheiro, o valor da terra e o direito que têm as terras que ocupavam imemorialmente.

Em seu território imemorial os Panará ocupavam e defendiam uma área extensa, enquanto a área que passaram a ocupar no Xingu, é bastante reduzida. O Parque do Xingu abriga 15 outros grupos étnicos, além dos Panará, os quais por motivos sociais e ecológicos, efetivamente utilizam uma fração muito pequena do mesmo, devido serem eles o último grupo indígena a se instalar no PIX e às diferenças fitogeográficas entre seu território imemorial e a área atualmente ocupada. Estar ali representa para os Panará uma carência permanente e sempre presente da base de recursos naturais que sustentavam seu modo de vida tradicional.

Em sua constante busca, dentro do PIX, de ecossistemas semelhantes aos do seu território imemorial, os Panará instalaram-se na divisa oeste do PIX, às margens do Rio Arraias, cujo vale já apresenta a ocorrência esporádica de espécies vegetais utilizadas em seu modo de vida tradicional. Em abril de 1991, em uma de suas expedições de caça e coleta, os Panará, tiveram mais um sério conflito com trabalhadores rurais de fazenda vizinha ao PIX, com ocorrência da morte de um trabalhador e captura das

as armas capturadas, e foram aconselhados a não mais estender suas expedições de caça e coleta além dos limites do PIX.

Este fato contribuiu decisivamente para a decisão da comunidade Panará de retornar ao seu antigo ecossistema. Assim, lideranças indígenas do PIX e, principalmente, as lideranças Panará procuraram a Fundação Mata Virgem para obter orientação e apoio na retomada de território imemorial. Como consequência deste contato inicial, a Fundação Mata Virgem e os Panará desencadearam uma articulação maior envolvendo o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), na condução das ações judiciais de reparação de perdas de danos. Da mesma forma, o antropólogo Stephan Schwartzman foi convidado a integrar-se ao projeto, devido ao seu conhecimento e convivência com o grupo, sendo inclusive falante da língua Panará, o que vem facilitando o diálogo do grupo com as entidades de apoio.

O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), passou também a enriquecer a articulação do grupo Panará, ao se propor a assessorar a documentação do processo, inclusive com a produção de um vídeo etnohistórico e o monitoramento da cobertura vegetal por sensoriamento remoto.

Como primeira consequência desta articulação, entre 28/10/91 e 05/11/91 um grupo de seis lideranças Panará, voltaram pela primeira vez, desde 1975, ao Peixoto de Azevedo. Essa viagem era uma reivindicação antiga do grupo, pois já falavam da sua vontade de visitar o lugar desde 1983. Presenciaram os efeitos do desmatamento desordenado, assoreamento e poluição dos rios pelo garimpo, da implantação da pecuária extensiva. Sobrevoando o seu território imemorial, contataram que, das oito aldeias existentes em 1968, seis estão destruídos pelo garimpo ou ocupadas pelas fazendas de pecuária ou grupos de colonização. Identificaram dois sítios de antigas aldeias, no rio Nhandu, e outra antiga aldeia, entre as cabeceiras do Rio Peixotinho e o Rio Iriri, numa extensão considerável de floresta intacta. Embora já esperassem o quadro de degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais que de fato encontraram, ficaram impressionados com a dimensão de suas perdas.

A visita dos Panará ao seu antigo território abriu uma nova fase de seu projeto de reconstrução social. Na medida em que vão tomando consciência das causas e consequências da tragédia que viveram, sua luta na reconquista de direitos, se apresenta-lhes como talvez a última saída para continuarem sobrevivendo como sociedade diferenciada, livre e autônoma.

II - OBJETIVOS GERAIS

O momento pós Rio-92, evidencia a articulação das forças mais conservadoras da sociedade nacional, diretamente atreladas ao poderio econômico hegemônico, que, vem se utilizando de campanhas para denegrir a imagem dos índios perante a sociedade civil, buscando, assim, criar uma predisposição contra os direitos legítimos das minorias étnicas. Manipulam a opinião pública, no sentido de anular muitas das conquistas das comunidades indígenas brasileiras e de um movimento internacional de apoio surgido a partir de uma tomada de consciência mundial da importância das florestas tropicais e dos povos tradicionais que nela habitam para o equilíbrio planetário.

Nesse contexto, se insere a ação dos Panará em exigir direitos que lhes foram tirados, e ao mesmo tempo iniciarem uma estratégia para reocupação de partes de seu território que ainda não foram explorados pelas frentes de colonização. Dentro de uma realidade que lhes impõem uma correlação de forças bastante desigual, os Panará reivindicam apoio de seus aliados na sociedade civil brasileira e internacional a seu pleito, acima de tudo ético, de rever todo o processo de quase etnocídio e espoliação generalizada do qual foram vítimas.

Inicia-se a definição de ações concretas, com as quais as entidades, obedecendo as suas especificidades, comprometem-se a realizar em conjunto com os Panará.

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1- Ação Judicial

Definiu-se que a linha mestra a ser seguida no apoio ao grupo deve ser a ação judicial a ser impetrada pela comunidade Panará, requerendo indenização a ser paga pelo governo pelos graves prejuízos sociais, morais e materiais sofridos quando de sua transferência para o PIX. Para tanto, o NDI, assessorará juridicamente todas as etapas do processo. Atualmente, o NDI vem coletando informações e documentos necessários para embasar a ação na Justiça Federal.

Embora toda a assessoria jurídica seja a contribuição do NDI, alguns gastos extras devem ser necessariamente previstos. Com o desenrolar do processo judicial, há a possibilidade do juiz solicitar uma perícia antropológica, para confrontar com aquela que será apresentada pela comunidade Panará. Tal perícia deverá ser custeada pelos impetrantes da ação, podendo, com o resultado final do processo, ser ou não ressarcida. Portanto, na parte orçamentária abaixo descrita, apresentamos os custos de uma possível solicitação de perícia técnica. Esta quantia deverá estar disponível em caixa enquanto durar a ação, mesmo que, essa venha a se prolongar.

2. Produção de Vídeo Documento e Monitoramento Ambiental por satélite.

O CEDI se compromete a apoiar a realização de um vídeo investigativo sobre o povo Panará, como parte de uma estratégia indígena de veiculação da sua versão dramática da história do contato com o branco, em busca da reparação de seus direitos territoriais. Tal vídeo pretende constituir-se não só registro das atividades em curso, mas também como prova documental, para a ação judicial de reintegração de parte de seu território imemorial e indenizações por danos sofridos. Além da documentação das ações atuais o CEDI está colocando à disposição o seu extenso trabalho de documentação histórica sobre a tragédia dos Panará.

Em outra vertente, o CEDI já iniciou a análise e interpretação das fotosatélites referentes a parte íntegra do território imemorial reivindicada pela comunidade Panará. Este monitoramento será crucial para o subprojeto Apoio a Autosustentação.

3. Assessoria Antropológica

A assessoria antropológica constitui-se num dos elementos principais em qualquer processo com comunidades indígenas. O antropólogo Stephan Schwartzman tendo estudado a comunidade Panará durante a década de 80, desenvolveu amplo estudo etnográfico e etnohistórico do grupo. Por este motivo, foi convidado pela FMV/NDI/CEDI a assessorar antropologicamente todo o projeto, tendo sido de fundamental importância na interlocução com a comunidade. Atualmente, Stephan desenvolve atividades no Environmental Defense Fund-EDF, com sede em Washington D.C. Stephan compromete-se a continuar assessorando o projeto e acompanhar a dinâmica do povo Panará ao longo de seu desenrolar. Como contribuição inicial do EDF ao projeto, Stephan tem sido custeado em suas viagens ao Brasil e ao PIX.

4. Apoio a Autosustentação e a Saúde

Os Panará em seu retorno ao território imemorial do qual alguns anciãos detêm o conhecimento tradicional de seu manejo, apresenta-se como um grupo potencial para um projeto piloto de levantamento de recursos genéticos e naturais, visando a autosustentação.

A FMV propõe-se a apoiar e fortalecer legítimas manifestações de autonomia do grupo, com vistas a superação dos problemas atuais e futuros, mas sempre na perspectiva etnobiológica de valorização do conhecimento tradicional e das potencialidades de autosustentação próprias ao seu território. Tal apoio insere-se em uma perspectiva de legitimação do seu direito de resguardar as florestas remanescentes de seu território imemorial contra a ação predatória das frentes de expansão econômica regionais.

Pretende-se cumprir este objetivo através de acompanhamento e assessorias permanentes de técnicos em ciências agrárias e ambientais, os quais, pautarão suas observações e propostas no respeito aos conhecimentos etnobiológicos, como principais instrumentos na busca das necessárias alternativas econômicas. Ao lado da prática tradicional de manejo dos ecossistemas, pretende-se também fornecer aos Panará tecnologias brandas que lhes sejam adaptadas ecológica e culturalmente. Estas tecnologias necessariamente devem tornar-se instrumentos de reforço às práticas tradicionais, sem aumentar a dependência contínua de bens externos.

A saúde é um dos principais problemas atuais dos grupos indígenas, e que tende a se tornar um fator limitante para os Panará, no retorno a seu território tradicional. Portanto, faz mister, uma ação decisiva no sentido de propiciar ao grupo o acesso ao máximo de instrumentos que lhes permita uma maior autonomia.

Prevê-se que o Programa de Saúde EPM/FMV propicie condições para um aprimoramento do quadro de monitores de saúde do grupo, através dos cursos regulares, ou especiais, de formação de monitores indígenas de saúde. Posteriormente, prevê-se um acompanhamento a nível de aldeia, por um período mínimo de seis meses, para estes monitores. Este acompanhamento constará, principalmente, da supervisão de uma enfermeira padrão com vistas a sedimentar a capacidade dos monitores de saúde de assumir o atendimento básico. Também caberá ao Programa de Saúde o fornecimento de todos os medicamentos e instrumental para o atendimento básico durante o processo de retorno ao território tradicional, bem como a extensão do programa, sob todos os seus aspectos, à nova aldeia.

Vale enfatizar que as ações previstas pela FMV, tanto a nível de saúde quanto a nível de apoio à produção, devem caminhar no sentido de viabilizar ao grupo o máximo de autonomia e capacidade de se autosustentar. Prevê-se no orçamento um apoio mínimo no fornecimento de materiais, para atendimento inicial das necessidades estruturais que o grupo não possui capacidade de suprir no momento. Como exemplo, citamos a aquisição de ferramentas básicas para a abertura de novas aldeias e roças, fornecimento de material de caça e pesca e mudas/sementes que venham enriquecer a base genética de produção agrícola do grupo.

IV - ORÇAMENTO (set/92 a set/93)

1. Ação judicial (perícia técnica)

| | |
|---|----------------------|
| .Honorários do perito (antropólogo)..... | US\$ 3,200.00 |
| .Passagens aéreas (1 SP/BSB/SP, 1 BSB/SXO/BSB..... | US\$ 700.00 |
| .Sobrevôo (aluguel de avião)..... | US\$ 3,000.00 |
| .Combustível (transportes na região)..... | US\$ 400.00 |
| .Hospedagem e alimentação..... | US\$ 600.00 |
| SUBTOTAL | US\$ 7,900.00 |

2. Produção de Vídeo Documento

| | |
|---|-----------------------|
| .Passagens aéreas (1 SP/BEL/SP , 1 SP/Cuiabá/SP, 2 SP/BSB/SP e 2 BSB/SXO/BSB)..... | US\$ 2,100.00 |
| .Estadias..... | US\$ 1,100.00 |
| .Combustível..... | US\$ 400.00 |
| .Transporte terrestre..... | US\$ 600.00 |
| .Material para gravação..... | US\$ 400.00 |
| .Reprodução de material já existente..... | US\$ 1,500.00 |
| .Edição de vídeo..... | US\$ 3,000.00 |
| .Finalização..... | US\$ 2,000.00 |
| .Reserva técnica..... | US\$ 1,500.00 |
| SUB-TOTAL..... | US\$ 12,600.00 |

3. Apoio a Autosustentação

| | |
|---|-----------------------|
| .Assessoria Etnobiológica (levantamento de recursos naturais e genéticos (6 x US\$ 900,0..... | US\$ 5,400.00 |
| .Passagem aérea (4 BSB/SXO/BSB)..... | US\$ 1,400.00 |
| .Combustível (1000 litros)..... | US\$ 500.00 |
| Ferramentas (machado, facões, limas, enxadas, pregos, etc) x 50..... | US\$ 1,200.00 |
| .Sementes e mudas..... | US\$ 800.00 |
| .Material de caça e pesca..... | US\$ 2,700.00 |
| SUBTOTAL..... | US\$ 12,500.00 |

4. - Apoio à Saúde

| | |
|---|----------------|
| . Salários de enfermeira padrão (12 meses x US\$ 900.00)... | US\$ 10,800.00 |
| . Medicamentos | US\$ 10,000.00 |
| . Treinamento de monitores de saúde | US\$ 5,000.00 |
| . Frete de vôos emergenciais | US\$ 10,000.00 |

SUBTOTAL US\$ 35,800.00

TOTAL GERAL US\$ 68,800.00

V - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS EFETUADAS

| <i>DATA</i> | <i>ÍTEM</i> | <i>VALOR US\$</i> |
|-------------|--|-------------------|
| <u>1991</u> | | |
| 27.08 | Combustíveis/lubrificantes | 105.81 |
| 06.09 | Refeições | 24.50 |
| 06.09 | Despesas diversas | 8.99 |
| 06.09 | Passagens terrestres | 29.91 |
| 06.09 | Táxi | 5.62 |
| 06.09 | Roupas e calçados | 48.72 |
| 08.09 | Frete de aeronave | 539.33 |
| 10.09 | Material de caça e pesca | 30.78 |
| 16.09 | Passagem aérea (BSB/SXO/BSB - Stephan) | 213.12 |
| 22.10 | Combustível e lubrificante | 244.51 |
| 06.11 | Pagamentos diversos /combustíveis | 76.97 |
| 06.11 | Fretes diversos | 1,296.05 |
| 06.11 | Refeições | 970.72 |
| 06.11 | Despesas diversas | 236.32 |
| 06.11 | Passagens terrestres | 51.58 |
| 06.11 | Passagens terrestres | 324.46 |
| 06.11 | Táxi | 28.95 |
| 06.11 | Manutenção dos motores | 17.76 |
| 06.11 | Gêneros alimentícios | 183.00 |
| 06.11 | Utensílios e fermentas | 311.77 |

| | | |
|-----------------|---|-----------------|
| 06.11 | Ressarcimento de Brian Moser ref. rateio despesas | 1,808.62 |
| 07.11 | Pagamento para Brian Moser ref. despesas viagem | 769.78 |
| 12.11 | Passagens aéreas (SAO/BSB - André Villas Boas) (BSB/SXO/BSB - Stephan Schwartzman) (BSB/SXO/BSB - Brian Moser) (BSB/SXO - André V. Boas) (BSB/SXO - Sérgio Leitão) | 746,32 |
| 12.11 | Passagens aéreas (Matupá/Cuiabá/Brasília - André V. Boas) (Matupá/Cuiabá/Brasília - Sérgio Leitão) | 416.26 |
| <u>1992</u> | | |
| 16.06 | Adiantamento para retorno à aldeia (Tsea e Kiompé) | 151.51 |
| | TOTAL (Saldo Devedor) | 5,024.12 |

VI - ADIANTAMENTO EFETUADO PELO NDI PARA EXCURSÃO DE RECONHECIMENTO E SOBREVÔO NO TERRITÓRIO PANARÁ - Junho/92

| | |
|---|-------------------|
| a) Passagens aéreas (BSB/SXO/BSB - Stephan) (BSB/SXO - Akã e Kokan) Frete de aeronave | |
| SUBTOTAL | 3,693.89 ✓ |
| b) Aquisição de utensílios e ferramentas | 1,847.92 ✓ |
| c) Gastos de Stephan (ônibus, táxi, refeição, etc) | 183.23 ✓ |
| TOTAL | 5,725.04 |

GEN P. I. B.
DATA 01/10/93
COD PED 99935

8

OPERACAO PANARÁ-VIA TERRESTRE

EQUIPE: Caciques Tséia, Sumakrite, o Jovem bilingue Kokran, Helcio Souza, José Francisco Freire e Lourival (motoserreiro de Brasília).

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS: uma viatura Toyota do Projeto Saúde; uma motosserra alugada; um aparelho de rádio-comunicação pertencente a comunidade Panará; fotos de satélite com as estradas, fazendas e local indicado para a abertura da roça, fornecida pelo CEDI.

PERÍODO: 08/07/93: saída do PIV-Br 080
17/07/1993: retorno ao PIV Br-080

A OPERAÇÃO SE DIVIDIU EM DUAS ETAPAS DISTINTAS:

- A--RECONHECIMENTO
- B--ABERTURA DA ROÇA

A-PRIMEIRA ETAPA: DESLOCAMENTO E RECONHECIMENTO

Esta etapa apresentava previamente algumas dificuldades a saber:

- 1) Chegar por terra na pista anteriormente reconhecida por via aérea. A dificuldade maior era não sabermos qual a estrada que nos levaria no destino e as condições da mesma.
- 2) Este deslocamento implicava no trânsito por dentro de fazendas, suscitando a curiosidade dos regionais. A segurança da operação exigia um sigilo máximo sobre qual era nossos reais objetivos.
- 3) Identificar ^{quem} ~~quem~~ as pessoas que moravam próximas à pista. Desencadear uma relação amistosa com as mesmas, facilitando a realização de nossos objetivos. Descobrir como surgia a pista e as casas naquele local.
- 4) Escolha de um local adequado para a abertura do roçado.
- 5) Realizar os reparos necessários para tornar a pista operacional para pequenas

aeronaves.

As dificuldades foram sendo superadas da seguinte forma:

1) *Identificação da estrada*: o principal instrumento foi um conjunto de fotos de satélite preparadas pelo CEDI, (em anexo), identificando qual a rota e as distâncias entre pontos referenciais. Tais fotos mostraram-se bastante úteis, orientando-nos de forma eficaz.

As péssimas condições de trânsito de estrada, conhecida localmente por Linha 38, ⁴³ ~~foi~~ com que o deslocamento da cidade de Quaranã do Norte até a Pista (uma distância percorrida de 145 quilômetros dentro de fazendas), durasse~~m~~ aproximadamente dois dias, inclusive com pernoite em fazenda. Sendo que foram essenciais a perícia de Freire como motorista e a robustez da viatura Toyota para transitar numa estrada que muitas vezes se fechava dentro da floresta e sobre as inúmeras pontes improvisadas com dois troncos de árvores.

2) *Sigilo*: De porteira em porteira, boa parte do caminho se deu dentro de fazendas: como a Fazenda 3L, Faz. Triângulo, a Faz. do Senhor Geraldo Reis (deputado estadual do MT), do Senhor Jandir (vereador em Guarantã), Faz. de João Anízio, de Idanício Barcelos, entre outras. Pernoitamos na Faz. do Senhor Gerson de São Paulo.

A necessidade de sigilo devido a periculosidade da operação levou-nos a desenvolver um álibi: estávamos acompanhando dois pagés num trabalho de coleta de plantas medicinais e outras que existiam somente naquela região, onde havia ~~antigos~~ ^{antigos} sítios de aldeias antigas. Os contatos foram realizados somente quando estritamente necessários para nossa orientação.

3) *Identificação das condições de ocupação na pista*: A grande incógnita da operação ^{era quem} eram as pessoas que moravam ali e a história da ocupação do local. A elucidação destes questionamentos exigiu da equipe uma boa dose de sagacidade, pois deveríamos conseguir as informações e a partir delas ^{encadear} ~~encadear~~, de imediato, um procedimento que permitisse cumprir nossos objetivos sem provocar rupturas ou maiores desconfianças nos moradores locais.

Com as primeiras informações, deparamo-nos com uma realidade local muito mais complexa do que prevíamos, acrescentando novas dificuldades ao êxito da Operação.

O morador da casa ^é o Senhor Hilário Sangualli e sua esposa Hilma Pilloto, colonos gaúchos, há vários anos morando no Mato Grosso, ^A a partir dele fomos conseguindo as seguintes informações:

A pista e a casa eram a sede da Fazenda Ipiranga, construída em 1987 por um grupo de 25 fazendeiros, a maioria de Rondonópolis-MT; na época, foram piquetados 25 lotes de 2000 hectares cada um. Seu Hilário e outros membros do referido grupo ^{há} vários anos atuam como grileiros naquela região, sendo que as últimas fazendas que passamos ^{havia} sido abertas por eles. ^A Fazenda Ipiranga assinalava a expansão da grilagem sobre as terras do Iriri.

A Fazenda havia sido aberta em 1987 e depois abandonada por um período de 5 anos. Ano passado entraram com pedido de legalização de posse da referida área, e com a documentação de posse já tramitando na justiça, voltaram novamente neste ano para iniciar de fato a abertura das fazendas.

Observamos indícios de que a partir do ano que vem haverá uma forte movimentação de expansão de fazendas na área que os Panará estão reivindicando. Há uma equipe de topografia trabalhando na região na reabertura e abertura de picadas demarcatórias das novas fazendas. Existe uma máquina de esteira reabrindo as estradas, e segundo o Senhor Hilário, ainda este ano ela abrirá uma estrada da pista até o rio Iriri. Partindo da Br-080 também deverá ser aberta uma estrada que se encontrará com a que sai da pista.

O Senhor Hilário pareceu ser apenas um mero capataz de um grupo maior e poderoso. Alguns expoentes são o senhor Antonio Guinomar Ferreira Barbosa, (de Rondonópolis, proprietário de Rondon Pneus), e senhor Fernando Cesar Munhoz, (proprietário de uma imobiliária em Guarantá do Norte). Parece que o grupo atua mesmo na grilagem e posterior venda das terras a outros fazendeiros. A equipe de topografia estava justamente demarcando uma fazenda de 7 km de fundo X 11 km de frente, que havia sido recentemente vendida a um fazendeiro de São Paulo, informaram-nos inclusive que a mesma seria derrubada com correntão no próximo ano.

Durante o período que permanecemos ali, conseguimos conquistar a simpatia de seu Hilário, desencadeando uma relação de ajuda mútua.

4) *Escolha do local do roçado.* Os elementos levantados *in loco* implicou em novas dificuldades. Previamos que seria possível abrir o roçado próximo a pista, mas a existência dos supostos donos forçou-nos a escolha de um outro local.

Chegamos na Fazenda Ipiranga no dia 11, domingo, por volta das 12 horas. Mantivemos perante o senhor Hilário a mesma versão de que estávamos acompanhando os índios numa expedição de coleta de plantas. De posse das informações da característica de ocupação da área e da impossibilidade de abrir a roça próximo a pista, partimos para uma expedição de reconhecimento ^{de uma} da segunda alternativa que seria num rio, visível na foto de satélite e que se encontrava próximo a pista ^{a pouca distância da pista}.

Comentamos com seu Hilário que os índios conheciam um tal rio, e ele confirmou que o mesmo existia, mostrando inclusive um caminho para o mesmo. Este caminho percorria justamente a picada recentemente aberta para delimitar a fazenda comprada pelo paulista.

Saimos, eu e os índios na mesma tarde, com o objetivo de chegar até o rio. Percorremos a picada de 7 km, com serras íngremes, que nos forçou a dormir no meio do caminho naquela noite. Quando chegamos no rio, os índios o identificaram com o nome de *Namporon*, e principalmente Sumakrite lembrou antigos passeios que realizou por ali com seu pai. Constatamos que a picada de demarcação da fazenda acabava no rio. Após um breve reconhecimento e coleta de plantas retornamos à fazenda.

Lá chegando, e após confirmar com o fazendeiro que suas pretensas terras se estendiam somente até o rio, informamo-lhe que os índios haviam identificado antigas plantações suas no outro lado do rio, e que gostariam de voltar para coletar mais plantas nos próximos anos. Para facilitar as futuras expedições gostariam também de abrir uma pequena roça de mandioca, ainda este ano.

Seu Hilário não se opôs, dizendo inclusive que sempre haviam respeitado o outro lado do rio, por achar que era terra de índio e que ele não queria complicação com os índios. Com o êxito da mediação no diálogo com o fazendeiro e garantidas as condições de segurança para o trabalho de nossa equipe, desencadeamos no dia seguinte a segunda e última etapa da operação que consistia da efetiva abertura da roça.

5) *Reparos na pista:* Constituía-se numa das metas principais, pois a mesma seria fundamental para um eventual deslocamento de emergência e para facilitar futuros deslocamentos a área. No entanto a pista tinha um dono e nosso álibi não legitimava uma iniciativa para reforma da pista.

No diálogo com o fazendeiro, o mesmo falou das dificuldades que suas aeronaves vinham enfrentando para pousar e que estava querendo melhorá-la, de imediato fomos solícitos com o desejo de seu Hilário, colocando-lhe a disposição nosso motoserreiro e com isso contemplamos ambos os interesses.

B-SEGUNDA ETAPA: ABERTURA DA ROÇA

No dia 13, terça-feira, já com o clima de amistosidade assegurado e com os índios já resolvidos a fazer a roça próxima ao rio Namporon, toda a equipe deslocou-se para as margens do mesmo.

Contactamos um jovem, que trabalhava com o fazendeiro, para servir-nos de guia e mostrar-nos um caminho mais fácil até o rio (apesar de mais distante, em torno de 8 km, era menos íngreme). Iniciamos então o trabalho "formiguinha" que consistia em transportar nas costas, ferramentas, equipamentos, combustível e alimentação até o local do acampamento. No mesmo dia realizei com os índios uma expedição à outra margem do rio para localizar um local adequado ao roçado.

Neste mesmo dia conseguimos, agora longe das fazendas, manter radio-comunicação efetiva com a aldeia dos Panará e com os postos indígenas no Parque do Xingu.

Combinamos, pelo rádio, que no dia seguinte viria um pequeno avião que já havíamos contactado previamente na cidade de São José do Xingu para tentar o pouso e consequentemente confirmar que a pista apresentava-se de fato em condições de operacionalidade.

Na manhã do dia 14, dividimo-nos em duas equipes: uma foi realizar a roçada ou broca da roça e eu e o guia local fomos novamente à fazenda para trazer a motosserra, combustíveis e verificar se tudo estava tranquilo na fazenda.

No dia 15, quinta-feira, iniciaram-se os trabalhos de derrubada das árvores pelo Lourival, motoserreiro. A abertura da roça entrava na sua fase final e a situação apresentava tranquila e sob controle.

Conforme combinado anteriormente, o avião pousaria por volta das 12 horas, trazendo o Cacique Aká e o jovem Tocokian para verificar os trabalhos e conhecer a realidade local e regional. E decolaria levando eu e o cacique Tséia até o Djaurum, onde outros trabalhos me esperavam. Assim ocorreu.

Neste mesmo dia a equipe acabou os trabalhos de abertura da roça e se deslocou para a Fazenda Ipiranga. Retornando a cidade no dia seguinte e chegando no dia 17, sábado no PIV Br-080.

orientante de

O relato do Helson tem colocado a necessidade de se renovar a estratégia e fazer um relato a partir da justiça de uma ação declaratória e aulativa tramitar administrativamente dentro da Funai do processo de reconhecimento do território Panará. P/ se efetuar ambos enunciamentos é necessário se ter uma definição clara do território pretendido pelos Panará e dentro disso se avaliar se os limites até agora definidos devem ser reabertos em função da titulação encontrada em um local que invade sobre a gleba Indígena.